

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

A PEQUENA PRODUÇÃO NA CAMA DE
AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA, PB

ROZA DE LOURDES PEREIRA BRANDÃO

○ CAMPINA GRANDE

DEZEMBRO - 1983*

ROZA DE LOURDES PEREIRA BRANDÃO

A PEQUENA PRODUÇÃO NA CANA DE
AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA, PB

Dissertação apresentada ao Curso de Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraiba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia Rural

ORIENTADOR: Edgard Afonso Malagodi

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO - 1983

DEDICO:

A Jocelyn, meu esposo pela compreensão e incentivo em todos os momentos.

Aos meus filhos Thaís, Tatiana e Eric.

Aos meus pais que me orientaram nos caminhos da vida.



AGRADECIMENTOS:

Ao Dr. Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho, por facilitar a arrecadação dos dados da pesquisa deste trabalho.

Ao Prof. Edgar Afonso Malagodi pelas sugestões e orientação neste estudo.

A Coordenação do Curso de Sociologia, pelo apoio dado para o término desse trabalho.

Aos professores do Curso de Pós-graduação em Sociologia, pelos ensinamentos ministrados.

A Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade que me foi dada para realizar esse curso.

Aos funcionários da Coordenação do Mestrado em Sociologia, Vera, João e Everaldo.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

S U M Á R I O

RESUMO.....	01
INTRODUÇÃO.....	03
METODOLOGIA.....	07
1. COMPLEXO AÇUCAREIRO.....	09
1.1. A Usina.....	09
1.2. A Situação da Usina Santa Rita no Contexto Agroindustrial da Cana de Açúcar na Paraíba.....	12
1.3. Operários e Trabalhadores do Campo.....	13
1.4. A Cana de Açúcar.....	17
1.4.1. O Plantio.....	18
1.4.2. Limpas.....	19
1.4.3. O Corte.....	20
1.5. O Fornecimento de Cana.....	21
1.5.1. Os Fornecedores de Cana.....	23
1.5.2. O Intermediário.....	25
2. A PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIA COMO PARTE CONSTITU TIVA DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	27
2.1. Produção Simples de Mercadoria e Capitalismo.....	27
2.2. Produtores Mercantis Simples e Pequenos Fornece dores de Cana de Açúcar.....	34

3. OS PEQUENOS FORNECEDORES E SUA DEPENDÊNCIA À USINA.....	40
3.1. Os Pequenos Fornecedores com Terra Própria.....	40
3.2. Os Pequenos Fornecedores Arrendatários.....	41
3.3. Os Posseiros.....	43
3.4. Os Lavradores ou Posseiros sem Títulos Legais.....	47
3.5. O Sistema Produtivo do Pequeno Fornecedor.....	48
3.6. Pequenos Fornecedores como Trabalhadores	
Assalariados.....	53
3.6.1. O Trabalho Pago por Produção.....	57
4. DOMINAÇÃO INDIRETA DO PEQUENO PRODUTOR.....	59
4.1. Uma Análise da Dependência do Pequeno	
Produtor à Usina.....	59
4.2. A Articulação do Pequeno Produtor com o modo de	
Produção Dominante.....	62
4.3. Como os Fatores Naturais Estão ligados com os	
Fatores Sociais e Econômicos.....	65
4.4. O Fornecimento da Força de Trabalho à	
Agroindústria.....	67
5. COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES.....	69
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	77

BIOGRAFIA DO AUTOR

NOME: Roza de Lourdes Pereira Brandão

DATA DO NASCIMENTO: 23 de Novembro de 1945

LOCAL DE NASCIMENTO: João Pessoa - PB, Brasil

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: Bacharel em Economia, 1971, pela Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB.

ATIVIDADE ATUAL: Professor Assistente II do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, Areia - PB.

RESUMO:

A pequena unidade produtiva como geradora sim
ples de mercadoria tem destacada relevância na produção da
cana de açúcar, na área de cultivo de cana no Estado da Para
iba e na Usina Santa Rita, base de nosso estudo, situada
no município do mesmo nome e que recebe aproximadamente 30%
de seu consumo proveniente dos pequenos produtores de cana.

Foi feito um estudo para se ter conhecimento
da relevância do papel desses produtores para o conhecimento
científico da realidade agrícola no município de Santa Rita,
maior produtor de cana de açúcar do Estado da Paraíba. Procu
rou-se verificar também como a relação de fornecedor de cana
ã usina, transforma essa categoria de produtores em dependen
tes, seja na forma de simples fornecedores ou, em alguns ca
sos, na venda de sua força de trabalho ã usina.

Foi tomada como referência empírica os peque
nos fornecedores de cana ã usina Santa Rita proprietários,
arrendatários e posseiros e analisada a submissão dessas pe
quenas unidades produtivas ao capital industrial. X

Em primeiro lugar, mostrou-se como a expansão
capitalista vem degradando as condições de vida dos pequenos
fornecedores de cana. Em segundo lugar, foi constatado que a X

opção do pequeno produtor, para tentar manter suas condições de vida tem sido o fornecimento de cana à agroindústria. Esta dependência custa-lhe um preço: o aumento de sua jornada de trabalho e a de seus familiares.

Paralelamente à produção de cana, em alguns ca sos, ocorre o plantio de culturas de subsistência, como a ma cacheira, o milho e o feijão. Essas atividades, na aparência independentes, são partes do mesmo processo de exploração ca pitalista, na medida em que estas produções paralelas à produ ção da cana, estão reduzindo o valor da força de trabalho in vestida na produção da cana e aumentando o trabalho excedente explorado pelo capital industrial.

A pequena produção concorre para o aumento dos ^{*} lucros do capitalista, sem contudo participar dos mesmos. Ben tro deste contexto o pequeno produtor sem condições para in vestir e sem poder para ampliar seu poder aquisitivo, permane ce sempre como um elemento dependente do sistema capitalista. X

INTRODUÇÃO:

Ultimamente no Nordeste e no Brasil como um todo, renasceu o interesse pela produção da cana de açúcar como um produto que pode fazer crescer a sua renda, suas exportações e conseqüentemente o seu desenvolvimento econômico e social. Esse interesse foi provocado também pelo projeto em desenvolvimento no Brasil, o Prô-alcool, que suscitou uma grande expansão da cana de açúcar na Paraíba, e em quase todos os Estados, que tenham solo propício para a produção da cana de açúcar.

Este trabalho tem como objeto geral de estudo as relações de produção e as formas específicas de subordinação ao sistema capitalista dos pequenos produtores da cana de açúcar.

A análise tem por base a "pequena produção" da cana de açúcar tomando como objetos de estudo os pequenos fornecedores de cana da Usina Santa Rita situada no município do mesmo nome no Estado da Paraíba.

A preocupação básica dessa análise é verificar como os pequenos produtores de cana de açúcar se reproduzem através de mecanismos impostos pela usina. E como uma das pré-condições para a produção da cana é a posse da terra, es

te estudo verifica como a posse da terra atua sobre a relação de dependência dos pequenos fornecedores - no caso específico os posseiros - à usina.

Este estudo aborda mais especificamente três categorias de produtores de cana de açúcar: os pequenos proprietários com terra própria inferior a 50 ha, os pequenos arrendatários, e os posseiros.

Este trabalho estuda ainda as formas de subordinação, e a relevância do papel desses produtores, no processo de produção capitalista. Como "estudo de caso" trata da importância relativa dos pequenos proprietários, arrendatários e posseiros na produção da cana de açúcar na Usina Santa Rita, bem como levanta a seguinte questão: em que medida a relação de fornecedor de cana à Usina transforma essas categorias em dependentes e se esta dependência está na forma de serem fornecedores de cana ou na venda de sua força de trabalho à usina.

No desenvolvimento deste trabalho pretende-se esclarecer todos esses pontos através da pesquisa empírica, onde se possa aproveitar a teoria para explicar a realidade empírica, como também para verificar se as teorias contemporâneas da pequena produção são adequadas para explicar o processo de vida do pequeno fornecedor de cana de açúcar da zona da mata da Paraíba e também como os fornecedores de cana apresen

tam algumas outras especificidades ainda não apreendidas pela teoria.

As relações de produção e as formas específicas de subordinação do sistema capitalista dos pequenos fornecedores de cana de açúcar da usina Santa Rita constituem o objeto de estudo dessa dissertação. Num primeiro momento explica-se o complexo açucareiro, as fases de fundação e o fornecimento da cana de açúcar e a inserção da usina Santa Rita dentro do contexto agroindustrial. No segundo capítulo caracteriza-se a pequena produção como produção simples de mercadoria, suas diferenças, e uma análise teórica relacionando os autores estudiosos da produção simples de mercadoria com a pesquisa empírica, caracterizando a posição dos pequenos fornecedores de cana dentro do sistema capitalista. Num terceiro momento verifica-se os pequenos fornecedores e sua dependência à usina, especificando os níveis de dependência e sua submissão à usina através das condições diversas impostas pela agroindústria ou por outros fatores que favorecem a sua dependência a usina. No quarto capítulo será apresentada a dominação indireta do pequeno produtor, visando facilitar a compreensão sobre as diversas formas de como eles estão subordinados ao capital através da dominação, da exploração e utilização da força de trabalho do pequeno produtor e como os fatores naturais influem para intensificarem a dependência devido aos prejuízos e provocando o fornecimento da força de traba

lho dos pequenos produtores à agroindústria.

Através dessas perspectivas, este estudo pretende analisar as diversas formas de subordinação do pequeno produtor, enquanto produtor simples de mercadoria, ao capital, dentro da região açucareira do município de Santa Rita e os pequenos fornecedores da usina Santa Rita, procurando saber quem controla os fatores de produção, o usineiro ou o pequeno produtor? e se de alguma maneira eles tem condição de acumular ou permanecerem como produtores simples de mercadoria, dentro do processo dominante o capitalista.

METODOLOGIA:

Esse trabalho surgiu do interesse pela área produtora de cana de açúcar e mais particularmente pelos problemas da produção mercantil simples na produção da cana.

Foi escolhida a Usina Santa Rita, para campo de pesquisa, em virtude de termos conhecimento das dificuldades que ora está atravessando e dos problemas advindos do fornecimento da cana. O pequeno fornecedor, nesse contexto, tem papel importante no processo agroindustrial açucareiro.

Um dos motivos que também influenciaram na escolha desse tema é que quase não existem dados sobre a produção mercantil simples na cana de açúcar na Paraíba. Isso por outro lado, dificultou o trabalho fazendo-nos levar a pesquisa como um estudo de caso da problemática dos pequenos fornecedores de cana de açúcar da Usina Santa Rita como produtores simples de mercadoria dentro do contexto agroindustrial paraibano.

Foram entrevistados aleatoriamente 31 fornecedores de cana da Usina Santa Rita, ocasião em que foram obtidos dados sobre área da propriedade, produção, relação de trabalho, etc, desses fornecedores. No decorrer das entrevistas foram identificadas ainda outros dados relacionados com as especificidades da produção mercantil simples.

Além daqueles 31 fornecedores foram entrevistados ainda 17 operários da indústria, 18 trabalhadores de campo, o gerente da usina, um funcionário administrativo do escritório e um dos proprietários e diretor gerente da usina Santa Rita.

Foram obtidos dados, para efeito de comparação, das Usinas São João e Santa Maria através de entrevistas com os gerentes e proprietários das mesmas.

Finalmente, foram pesquisados ainda dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) da Associação dos Plantadores de Cana do Estado da Paraíba (ASPLAN) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Rita e da Secretaria da Indústria e Comércio da Paraíba.

1. COMPLEXO AÇUCAREIRO:

1.1. A Usina.

A usina Santa Rita fica localizada no município de Santa Rita, que é o maior produtor de cana de açúcar do Estado da Paraíba. Além da usina Santa Rita, existem ainda no município, as usinas São João e Sant'Ana, dois engenhos de rapadura, e as novas destilarias de álcool Japungu e Jacuipe, todas beneficiadoras da matéria prima cana de açúcar.

A usina Santa Rita foi fundada em 27 de janeiro de 1933 e vem produzindo açúcar e álcool anidro desde sua fundação. Nos quatro últimos anos deixou de fabricar o álcool. Possui quatro mil hectares de terra, dos quais, dois mil estão ocupados com cana de açúcar, e o restante com gado, matas e outras culturas como o milho, e o feijão ou arrendadas a terceiros.

Inicia a moagem geralmente na primeira quinzena de agosto e encerra na primeira quinzena de março, do ano seguinte. Possui 220 operários, cinco diretores e onze técnicos. Os cinco diretores são ao mesmo tempo os cinco únicos acionistas da usina, e os principais fornecedores de cana à indústria.

A usina Santa Rita, como as demais agroindústrias açúcareiras, são subordinadas ao instituto do Açúcar e do Alcool - IAA - o qual estipula uma cota para produção e comercialização de açúcar e do álcool, anualmente para as agroindústrias, como também estabelece os preços da cana e os subsídios. Atualmente, um dos programas governamentais estabeleceu retiradas de parte dos subsídios destinados ao açúcar, o que provoca uma crise nas agroindústrias, concorrendo para a produção de açúcar clandestinos, ou a introdução do açúcar de outros estados, que podem concorrer a preços mais baratos, provocando a falência das agroindústrias menores, da nossa região o Nordeste.

O quadro 1 mostra o consumo de cana e produção de açúcar da usina Santa Rita nos últimos quatro anos. A partir da safra de 79/80 a usina deixou de produzir álcool anidro em virtude de considerar mais rentável comercializar o melão, que além de ser vendido no mercado interno é também exportado.

Quadro 1. Fornecimento de cana e produção de açúcar da Usina Santa Rita, no período de 1979/1983.

Fornecedores	Safr <u>a</u> 79/80			Safr <u>a</u> 80/81			Safr <u>a</u> 81/82			Safr <u>a</u> 82/83		
	Nº de imó-veis	Forneci <u>mento</u> em t.	%	Nº de imó-veis	Forneci <u>mento</u> em t.	%	Nº de imó-veis	Forneci <u>mento</u> em t.	%	Nº de imó-veis	Forneci <u>mento</u> em t.	%
Pequenos	101	21.809,0	22,7	105	21.252,4	21,7	63	10.551,3	18,3	98	20.044,4	20,1
Médios	14	23.282,9	24,7	11	17.300,3	17,7	09	16.747,6	29,0	14	20.011,8	20,0
Grandes e Acionistas	15	50.288,2	52,6	17	59.356,7	60,6	13	30.428,6	52,7	13	59.964,6	59,9
Soma	130	95.580,1	100,0	133	97.909,4	100,0	85	57.727,5	100,0	125	100.020,8	100,0
Produção de açúcar												
(sacos de 50 Kg)		183.150			200.702			115.700			181.210	
Dias de Produção		180			192			120			227	
Rendimento agrícola (t/ha)		55			50			50			55	
Rendimento industrial (%)		79,02			81,02			81,01			78,68	

FONTE: Anotações da Usina Santa Rita.

1.2. A Situação da usina Santa Rita no contexto agroindustrial da cana de açúcar na Paraíba.

Atualmente, no município de Santa Rita, as usinas estão se modernizando, investindo mais capital em máquinas modernas para ampliar sua capacidade de produção de açúcar e de absorção de uma maior quantidade de cana, tanto pelo incentivo do programa governamental, o Pró-álcool, que deu condições as usinas de triplicarem suas destilarias para uma maior produção do álcool, como também para a produção de açúcar ampliando as moendas para aumentar a capacidade de esmagamento da cana de açúcar.

As usinas Santa Maria e São João são as que estão produzindo mais açúcar e álcool no estado da Paraíba, ampliaram todo seu maquinário, desenvolvendo uma produção de açúcar em termos de 500 mil sacos de 50 kg. A produção da usina Santa Rita também aumentou de 182 mil sacos de 50 kg para 220 mil entre as safras de 79/80 a 82/83, havendo um desenvolvimento parcial do maquinário. Com a modernização das outras usinas a Santa Rita teve também que se integrar no processo de ampliação para não se anular e para não perder seus fornecedores, ampliou a esteira e tecnificou o recebimento da cana, colocando descarreadeiras e pontes móveis para descarregar os caminhões mais rapidamente. As moendas aumentaram sua capacidade

de esmagamento de cana, ficando porém o restante da usina sem condições de produzir mais, pois não foram modificadas as ou tras máquinas. Devido também a um acidente ocorrido na usina São João, (que explodiu, provocando a morte de vários homens, devido a falta de cuidado e defeito técnico de uma de suas caldeiras, decaindo a sua produção para a metade na safra 82/83), a produção foi ampliada e o recebimento da cana das de mais usinas, na safra 82/83 inclusive a da Santa Rita. A agro indústria Santa Rita é uma das menores, quanto a produção do açúcar e não mais fabricando o álcool não desenvolveu a sua destilaria, tem porém um rendimento industrial superior as de mais usinas, tendo cerca de 80% anualmente enquanto a Santa Maria 77% na mesma safra. E essa diferença se mantém nas de mais safras. A produção do melaço da usina Santa Rita é de 10322.480 Kg que se destinam a: exportação, para vender como adubo e aos fornecedores para o gado. (Veja quadro 2).

O rendimento agrícola da usina Santa Rita está numa média de 60% o que equivale dizer que a cana é produzida em um solo adequado e se desenvolve bem.

Atualmente a usina Santa Rita tem um rendimento industrial anual de cerca de 80% com um capital industrial de CR\$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros).

1.3. Operários e Trabalhadores do Campo.

Os operários da agroindústria trabalham em três

Quadro 2. Dados Físicos sobre as Usinas Santa Rita, São João e Santa Maria no período de 79/83.

Safras e usinas	Rendimento Industrial	Rendimento agrícola	Total do esmagamento da cana em t.	Produção de açúcar em sacos de 50 Kg	Produção de álcool em litros	Produção de melação em Kg	Capital Industrial em CR\$
79/80 Santa Rita	80,10	60,00	110.000,000	200.000	-	10.000.000	220.000.000
80/81 Santa Rita	79,02	50,00	123.858,560	200.702	-	11.747.000	220.000.000
São João	77,27	49,77	330.894,800	504.978	-	16.138.305	
Santa Maria	85,74	41,98	312.168,300	535.290	-	9.726.829	
81/82 Santa Rita	81,20	55,00	71.407,835	115.700	-	9.254,000	220.000.000
São João	80,13	40,56	256.791,640	411.515	3.314.900	11.007.410	
Santa Maria	85,48	40,56	314.808,100	548.930	1.000.300	14.255.000	
82/83 Santa Rita	80,20	60,10	114.059,003	220.000	-	11.144,000	300.000.000
São João	67,27	50,60	224.159,120	301.615	4.314.500	9.883,500	
Santa Maria	77,23	40,00	369.588,480	618.777	5.008.900	22.316.480	

FONTE: Anotações das Respektivas Usinas.

turnos sucessivos de oito horas cada um. Os trabalhadores do campo têm apenas um turno de oito horas. Os operários da usina têm os seus salários fixados em diárias e os trabalhadores de campo tem os seus salários estabelecidos por produção e uma menor parte em diárias, a diária por CR\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e o ganho por produção varia de acordo com a tarefa: o plantio a limpa, a sementeira etc. e o tamanho em área determinada por uma "conta". A conta está custando cerca de CR\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros), dados arrecadados em julho de 1983.

Em geral os trabalhadores do campo cujos pagamentos são fixados em diárias são os encarregados das turmas e os que tomam conta dos serviços, chamam-se diaristas, recebem seus salários semanalmente ficando sempre uma semana por pagar, o que faz os trabalhadores recorrerem ao "barracão" da usina para se alimentar durante a semana. A dívida ao barracão é descontada em folha.

Os operários recebem denominações de acordo com a sua função: ferreiro, caldeireiro, torneiro etc.**

* - Medida agrária estipulada por lei que corresponde a um quadrado que varia de acordo com a região. Na Paraíba a conta tem 25 braças de lado.

** - Ver o livro o Vapor do Diabo (1978) José Sergio Leite Lopes. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

Os trabalhadores do campo se dividem em duas categorias principais: (a) moradores- aqueles que moram nas terras da usina e geralmente plantam nas proximidades de casa culturas de subsistência como macacheira, milho e feijão, e (b) safristas, que são trabalhadores vindos de outras regiões, e que aí permanecem apenas durante a safra. Todos trabalham por produção, isto é, o pagamento é feito de acordo com o que produzem durante o dia de trabalho.

Existe uma variedade enorme de serviços, o preparo do solo, a limpa, o corte etc. Como também há a discriminação por sexo e por idade. A mulher geralmente é paga por produção, ficando porém com os trabalhos mais leves. Cada servigo tem uma taxa correspondente, isto é, o trabalhador é pago de acordo com o serviço prestado. Por exemplo, em julho/83 o corte da cana era pago por CR\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) a tonelada.

Os trabalhos são geralmente assim distribuídos: O homem limpa e cava os sulcos para o plantio da cana, as crianças colocam os rebolos* e as mulheres cobrem com a terra a cana plantada. Esses trabalhos são pagos pela quantidade de

* - Rebolos - pedaços de cana que possuem três ou quatro nós e gomos de onde nascem os brotos que dão origem aos pés de cana.

trabalho executado, isto é, por produção. Ou, por tonelada, no caso do corte da cana, ou por "conta" no caso das demais funções durante as etapas exigidas para a produção da cana de açúcar.

1.4. A Cana de Açúcar.

A cana é cultivada pelos maiores produtores, com tecnologia moderna, irrigação, adubo, técnicas de preparação de solos orientados pelos técnicos especializados. Entre os pequenos produtores a cana é produzida sem o emprego de tecnologia moderna, sendo baixa a produtividade havendo diferença bastante acentuada na produção da cana, ocasionada tanto pela diferença de fertilidade do solo quanto pela interferência dos fatores climáticos, e pela falta de tecnologia. Em decorrência disso, existem locais no vale do Rio Paraíba onde a produção atinge 120 t por hectare. Em contrapartida existem outros locais onde a produção chega a 30 t por hectare, principalmente nos tabuleiros, sem a adubação e sem irrigação e nos solos ruins para o plantio da cana. No município de Santa Rita a média da produção da cana é de 60 toneladas por hectare.

A cana de açúcar tem várias etapas para tratamentos culturais e técnicas diversas em seu processo produtivo. Estas etapas são desenvolvidas de acordo com o desenvolvimento vegetativo da planta.

1.4.1. O Plantio.

Esta etapa constitui-se do preparo do solo e semeadura dos rebolos de cana. O preparo do solo consta de tombamento, gradeação e aração, que são etapas sucessivas do corte e recorte da terra, para desenvolver a planta e para a reprodução da capacidade produtiva da terra. Os fatores climáticos são importantes para o desenvolvimento da produção da cana. Os melhores meses para o plantio no município de Santa Rita são os de julho a dezembro. A terra está molhada mas não encharcada.

A área de terra utilizada com as plantações de cana é denominada de canavial ou partido. Para a plantação é necessário que uma parte da cana madura não seja comercializada para dedicá-la à reprodução do canavial, a cana planta, que quando cortadas para plantar transformam-se nos rebolos de cana, A produtividade mé

dia da soca, que é a cana que renasce após o corte da mesma é de quatro cortes, ou quatro anos, podendo chegar até a 10 anos em solos bem férteis.

O canavial é sempre replantado em rodízio, isto é, enquanto uma parte está sendo plantada a outra está com a soca, sendo a produção da cana portanto retirada de todo o partido anualmente. A cana de açúcar se reproduz anualmente, tanto da cana planta, isto é, plantada naquele ano, como da soca.

1.4.2. Limpas.

As limpas são atividades e tratos com a terra, expulsão dos matos e recobertura dos rebolos com terra. São em número de três, geralmente no início do crescimento da cana. É nesse período que são plantados alguns produtos como o feijão e o milho entre os espaços* que separam os sulcos plantados com a cana. Esse processo é utilizado para facilitar a

* - A utilização dos espaços intersticiais da lavoura da cana, com os produtos de subsistência o milho e o feijão é uma prática utilizada por todos os plantadores de cana. Os pequenos produtores a utilizam para completar o suprimento familiar dos alimentos básicos. Os grandes para doar aos seus moradores ou empregados fixos, como um incentivo para melhor cuidarem do canavial limpando-o.

limpa da plantação da cana, pois enquanto limpam o feijão e o milho conseqüentemente estão limpando a cana. O feijão é colhido após dois ou três meses após ser plantado e o milho após quatro meses. Justamente o período que a cana necessita ser limpa novamente.

Durante o nascimento da soca, o canavial não precisa ser limpo. Fazendo-se apenas um aceiro ao seu redor, tendo a finalidade de conservar a água de chuvas e proteger contra incêndios.

1.4.3. O Corte.

Esta etapa divide-se em duas atividades o corte e o transporte da cana para a usina. São realizadas no período da safra ou moagem nos meses de agosto a março.

O corte é feito: a) através da queima - queimagem da palha da cana - tarefa que facilita o trabalho do corte pois elimina as palhas, deixando a cana nua para o corte. b) ou através da despalhação isto é eliminação da palha, por meio do corte manual com facão. Depois se efetua o corte por fileira conforme o número e a capacidade produtiva dos trabalhadores. são arrumadas em linhas que acompanham o percurso do corte. O trabalho no partido é encerrado por um certo período aguardando-se o crescimento da soca e o momento certo para novas plantações.

O transporte da cana é feito através de cami

nhões, trens, ou burros. Na usina Santa Rita o mais comum é o transporte com caminhões. O enchimento dos veículos é feito manualmente entre os pequenos produtores, enquanto os médios e os grandes produtores utilizam a enchedeira. A cana é conduzida diretamente para a balança da usina onde é pesada. O desconto do peso do veículo é feito realmente dentro do escritório. Os motoristas "confiam" no balanceiro. Podem vir olhar o fiel da balança, mas isso concorre para insatisfação da parte do balanceiro que acha que estão desconfiando dele. Geralmente o motorista não olha o peso da carga do caminhão, recebendo oficialmente no final da semana o pagamento pelo seu fornecimento de cana. Depois a cana é levada para a esteira da usina - maquinária da indústria que recebe a cana. Esta é a etapa final com este produto.

1.5. O Fornecimento de Cana.

As agroindústrias necessitam da matéria prima a cana de açúcar e recebem toda a cana possível para a sua capacidade de esmagamento diário.

O fornecimento é feito pelos fornecedores que estão ligados à agroindústria através do arrendamento de terras, ou por contratos pessoais entre os usineiros e os fornecedores.

Quanto ao recebimento diário de cana da usina vai depender da ordem determinada e estabelecida entre os fornecedores e usineiros, geralmente é por ordem de chegada, o caminhoneiro que chegar primeiro é que despeja a sua cana em primeiro lugar. Embora haja sempre a possibilidade para furar a fila: amizade com o dono da usina, ou queimação acidental de um partido de cana. Quando a cana é queimada deve ser posta na usina urgentemente ou perderá a sacarose e ressecará. Isto às vezes provoca conflitos, geralmente, quando a fila é furada por mando do dono da usina. O fornecimento da cana é feito diariamente ininterruptamente durante todo o período da safra. Quando há algum acidente na usina ou quebra de máquinas por vários dias os fornecedores sofrem com isso, as vezes põem a sua cana para outra usina quando já estão cortadas, mas geralmente esperam, devido ao vínculo moral que une os fornecedores às usinas a que pertencem, como também o vínculo creditício, pois a usina adianta o dinheiro para o plantio da cana em alguns casos, aos pequenos fornecedores. Essas categorias põem geralmente para uma única usina, tanto pela necessidade que a usina tem da matéria prima como também motivados pela distância, eles procuram fornecer à usina que fica mais perto de suas terras para diminuir os custos do transporte.

O pagamento da cana é feito 15 dias após a primeira entrega da cana. O fornecedor recebe pelo fornecimento da primeira semana ficando sempre uma semana atrasada, isto é uma maneira dos usineiros reterem o fornecedor e também pagar já com o dinheiro da venda do açúcar fabricado na semana anterior, não necessitando de muito capital de giro. Quase todos os fornecedores têm transporte próprio exceto os pequenos fornecedores que recorrem a terceiros ou aos intermediários, isto é vendem suas canas ainda no partido.

1.5.1. Os Fornecedores de Cana.

Como a agroindústria açucareira não produz toda a matéria prima necessária ao seu funcionamento, esta recorre aos fornecedores de cana de açúcar para lhe suprir a matéria prima necessária.

Com a evolução da indústria açucareira e a extinção dos engenhos de açúcar, surge dentro do processo produtivo do açúcar a importante figura do fornecedor de cana. Tem lugar então três processos diferentes que deram origem aos fornecedores: a) as usinas como necessitavam de muita mão de obra e matéria prima, cediam pedaços de suas terras a alguns trabalhadores, surgindo os lavradores ou posseiros, enfim os pequenos fornecedores de cana. b) os fornecedores grandes arrendatários que devido a grande rentabilidade do produ

to quando não tinham terra a arrendavam de outros ou da própria usina para produzir a cana. c) os fornecedores proprietários, originários de antigos senhores de engenhos, que encerrando suas atividades industriais, passam a plantar a cana e vendê-la para as agroindústrias açucareiras.

Partindo do critério da quantidade de cana fornecida podemos classificar os fornecedores em três categorias: a) grandes proprietários e grandes arrendatários; b) médios proprietários e arrendatários; c) os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros.

Atualmente a usina Santa Rita conta com 133 fornecedores que classificamos, conforme dados coletados da usina Santa Rita, da seguinte maneira: a) 15 grandes fornecedores - fornecem mais de 3.000 t de cana à usina; são os acionistas, os grandes fornecedores com terra própria, e grandes arrendatários. b) 17 médios fornecedores fornecem de 1001 a 3000 t de cana à usina; são os médios arrendatários e os fornecedores com terra própria. c) 101 pequenos fornecedores proprietários, pequenos arrendatários e posseiros que fornecem de 10 a 1.000 t de cana à usina; são pequenos fornecedores com área de terra abaixo de 50 ha. Estes últimos estão divididos em 4 grupos: pequenos proprietários, pequenos arrendatários e posseiros com títulos legais e os lavradores ou posseiros, sem títulos legais.

Os grandes e médios fornecedores não são estudados especificamente neste trabalho contudo o último grupo dos pequenos fornecedores de cana constituirá o objeto próprio deste nosso "estudo de caso".

Os maiores fornecedores de cana de açúcar da usina Santa Rita são os seus acionistas e os grandes fornecedores que fornecem cerca de 52,6 de cana, os médios fornecedores cerca de 24,7 enquanto os pequenos cerca de 22,7 do fornecimento da cana. (Verifique o quadro 1). O fornecimento dos posseiros está demonstrado no quadro 5.

1.5.2. 0 Intermediário.

Dentro do processo de fornecedores de cana de açúcar existe um elemento que fornece cana à usina, comprando aos pequenos fornecedores a sua produção no campo, isto é a cana em pé. São os chamados de intermediários. Esses elementos interferem na comercialização da cana entre usineiro e produtor, reduz o rendimento do pequeno fornecedor, pois, ele, o intermediário, compra a cana em pé, isto é, a produção ainda na propriedade sem ser cortada e avaliada a "olho nu"*. O preço portanto é inferior a realidade da produção que sempre é avaliada pra menos em termos de toneladas por hectare.

* - Avaliada segundo a suposição do intermediário, através da média cana/ha.

Isto ocorre porque o pequeno fornecedor prefere receber todo o dinheiro da venda da cana de uma vez, e não parcelado como ocorreria se ele colocasse a cana para a usina, e segundo o intermediário, para não ter prejuízo. Os pequenos fornecedores geralmente, vendem sua cana ao intermediário porque recebem o dinheiro de uma vez e no momento da transação. Ficando o corte, o frete e os riscos da entrega por conta do intermediário.

Os intermediários não são significativos quantitativamente dentro do contexto geral do fornecimento da cana à usina. Surgindo mais como um elemento de "socorro" nas horas das crises. Como no caso da cheia na safra 81/82, o intermediário foi uma figura constante, chegando a fornecer cerca de 600 toneladas de cana, durante a safra, na usina Santa Rita. Outro fator que concorre para a venda da cana aos intermediários, são os fatores climáticos, pois os pequenos fornecedores que tiveram suas plantações alagadas e portanto uma baixa produtividade, ficam sem condições para fornecer a cana diretamente a usina, recorrendo ao intermediário.

2. A PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIA COMO PARTE CONSTITUTIVA DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

2.1. Produção Simples de Mercadoria e Capitalismo.

Com o advento da indústria ocorre um processo de transformação que atinge a sociedade como um todo, processo esse que se intensifica nas últimas décadas. No setor agrícola da Paraíba o processo de transformação da agricultura se intensifica a partir da década de 60 e se agiliza ainda mais nos anos setenta. Essa transformação ocorre sob o imperativo de uma capitalização da agricultura, da expansão das formas capitalistas de produção, que traz implícita a necessidade de introduzir no processo de produção novas formas de trabalho, através da tecnologia que especializa a força de trabalho.

A expansão de formas capitalistas de produção o corre tendo por base uma estrutura fundiária concentrada (veja quatro 3) notadamente em todo estado, com tendências a maior concentração em região de maior dinamismo econômico, como nos municípios onde-se situam as usinas. Os estudos de Brandenburg e Molina (1979) salientam o desenvolvimento da produção para mercado. "A produção para mercado é crescente, visando lucros e com isso havendo uma substituição de produtos de exploração"¹. Havendo desenvolvimento na exploração agrícola para o mercado. Embora persista a agricultura para alimentos (milho, feijão, arroz, batata etc.) e a produção da cana com características de produção mercantil simples.

O aumento da área de cultivo com produtos para o mercado é estimulado por uma política de desenvolvimento agrícola, voltada para a exportação. Essa política econômica, contempla em seu modelo, mecanismos que induzem a capitalização como os subsídios no uso de fertilizantes, de crêditos rurais e mesmo de incentivos fiscais. Em geral a agricultura torna-se campo de investimento para empresários que se dedicam a exploração de culturas com rendimentos mais seguros, como no caso da cana de açúcar que tem como destino a agroindústria.

A implantação do Prô-alcool desde 1975, caminho

¹ Brandenburg A. & Molina Filho J. Comunidade Rural e Categoria de Produtores Paranã, 1981 p.

Quadro 3. Número de estabelecimentos e área no Estado da Paraíba.

Grupos de área	Número de estabelecimentos	Área total em ha
Menos de 10 ha	147.915	393.083
10 a menos de 100 ha	44.167	1.280.546
Total	192.082	1.673.629
100 a menos de 1.000 ha	8.147	2.030.084
1000 a menos de 10.000 ha	567	1.010.696
10.000 e mais	5	55.980
Total	8.719	3.096.660

FONTE: FIBGE. Censo de 1975.

que o governo encontrou para minimizar o problema do petróleo, induziu o desenvolvimento da lógica capitalista: mercado amplo para o álcool além do crédito e subsídios facilitaram o desenvolvimento da produção da cana de açúcar, lucro fácil para os usineiros que desenvolveram mais suas usinas para terem condições de uma maior produção do álcool, como também foram ampliadas as terras com cana, havendo uma redução nas culturas alimentares. Esses incentivos para a expansão das culturas energéticas (a cana de açúcar) fizeram surgir as grandes destilarias e uma expansão no setor agrícola das culturas destinadas a resolverem o problema energético, a cana de açúcar, a mandioca etc. Há como consequência de todo esse processo uma crescente liberação da força de trabalho, para os usineiros expandindo suas terras com a plantação da cana de açúcar, reduzem as terras com as culturas alimentares à apenas ao quintal das suas casas havendo uma transformação nas relações de produção como posseiros, parceiros, pequenos fornecedores de cana que se transformam em assalariados temporários, para complementarem sua renda familiar, durante esta época. Ocorre assim uma semi-proletarização, porque os trabalhadores temporários, não permanecem como tal, eles voltam as suas origens procurando empregar o dinheiro acumulado durante os meses de trabalho assalari

ado, em suas terrinhas de origem. Além das "pequenas unidades produtivas" serem anexadas as grandes propriedades pelos empresários com capital acumulado, os pequenos agricultores em consequência também do processo de valorização da terra, não têm acesso a propriedade a mesma e migram para novas frentes agrícolas, onde a terra pode ser encontrada com um valor mais baixo, como já nos explicou Guimarães (1979) em seu trabalho. "A crise agrária" embora hoje as novas fronteiras agrícolas sejam também um entrave para esses pequenos agricultores, constituindo-se em eternos nômades".*²

Vemos portanto que o "Pequeno produtor" é despojado de suas terras, principal fator de produção. O pequeno produtor não apenas como produtor com baixo montante de produção, mas aquele que usa a sua própria força de trabalho e trabalha com o auxílio da própria família, possui os meios de produção e negocia os seus produtos. Embora se assalarie periodicamente e cada vez mais isso torne-se um fato constante em sua vida - é entendido como produtor simples de mercadoria, por vender os produtos de seu trabalho.

Não vamos aqui, abrir uma polêmica sobre esta questão para não nos desviarmos do objetivo do nosso traba

* - Guimarães (1979) denomina como nômade a essas categorias

²Guimarães, A.P. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978 p. 270.

lho, pois esta discussão desviaria a atenção dos temas que nos propusemos tratar.

O papel do dono da terra aparece como expropria dor, não uma expropriação completa, tipo primitiva mas como uma expropriação gradativa que se manifesta sob formas de tri butos: a parceria, o arrendamento, a exploração da mão de obra na doação de dias de trabalho. Extraíndo o sobretrabalho, mas não separando o "pequeno produtor" dos meios de produção. E por outro lado em decorrência da expansão acelerada de formas capitalistas de produção a ordem social é gradativamente alte rada: a concentração da propriedade da terra, a especialização de cultura, a mecanização, o uso intensivo da tecnologia moder na e a consequente liberação de força de trabalho é fruto de uma estratégia de desenvolvimento que promove transformações rápidas na organização da sociedade e propõe uma nova ordem de integração. As unidades de produção agrícola em função de suas características (sistema de produção, tamanho, relação de tra balho) reagem de formas distintas ao processo de desenvolvi^men to, apresentando consequentemente respostas diferentes. E a "pequena produção" persiste, adaptando-se à situação, sob for mas que tornam possível a sua subsistência. Esses fatos ocor rem na área de influência da usina Santa Rita na sua recente expansão bem como na expansão das usinas, tornando-se estas maiores e absorvendo mais trabalhadores.

Em seu trabalho de Tese Brandenburg (1979) afirma que "considerando o processo de transformação agrícola co existem unidades com características diferentes que podem a aproximar-se uma das outras, umas com maior grau de especiali zação com linhas de exploração para mercado, e outras manten do produção de auto consumo"³. Outras unidades podem voltar sua produção para subsistência e buscar um complemento no or çamento familiar através de prestação de serviços a tercei ros. Como se dá este processo dentro do contexto da produção da cana de açúcar em Santa Rita.

Dentro da observada "pequena Produção" ou produ ção simples de mercadoria existem especificidades estrutu rais que a revestem de condições propícias para recriar sua própria existência podendo ocorrer três processos distintos: a produção para mercado (no presente estudo de caso, a cana de açúcar), a produção para subsistência (feijão, mandioca e milho, principalmente) a venda da força de trabalho para com plementar sua renda (o assalariamento, principalmente no cor te da cana). A agricultura dos produtores mercantis simples na área de influência da usina açucareira terá as sequin tes características fundamentais, características estas que aparecem interligadas e interdependentes, como será objeto

³Brandenburg, A: Sistema Tradicional Rural diante de novas Al ternativas. São Paulo, Editora E.S.A.L.O. 1979 p. 5

de estudo no próximo capítulo: a) a produção da cana, para as segurar a posse da terra, b) a pequena produção de alimentos básicos, para ter sua subsistência assegurada, c) e a venda da força de trabalho para as necessidades do dono das terras nos momentos de pico de produção, bem como para complementação da renda familiar. O desvendamento do relacionamento intrinseco destas características específicas desta produção simples de mercadoria, em Santa Rita constitui o objeto próprio deste trabalho.

2.2. Produtores Mercantis Simples e Pequenos Fornecedores de Cana de Açúcar.

Vários autores têm salientado a especificidade da pequena produção ou mesmo sua oposição a agricultura capitalista, como Chayanov (1975) que já mostrava que a pequena produção é um tipo específico de economia "onde o produtor é autônomo e cuja produção é determinada por uma lógica interna, onde o modo de produção difere do capitalismo"⁴. Assim, os pequenos fornecedores de cana teriam características que os colocam como um tipo específico de produtores. Como diz Coelho (1975) "os pequenos produtores se baseiam na proprie

⁴Chayanov A. V. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. In cadernos Políticos julho-setembro 1975. P. 17

dade privada, o agricultor possui os meios de produção e a força de trabalho, como também o produto de seu trabalho"⁵. Contudo não param aí as diferenças existentes entre o modo de produzir dos pequenos fornecedores de cana e os demais produtores capitalistas. Os pequenos produtores consideram-se produtores autônomos, isto porque de fato são donos dos meios de produção mas realmente são dependentes da agroindústria e ou do capital financeiro. Qual é o alcance e caráter desta dependência?

Silva (1978) verifica com seu estudo. "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", que a "pequena produção" é uma forma de produção não capitalista, na qual a produção é realizada em pequenas áreas e nos moldes tradicionais, isto é, através do uso intensivo do trabalho da família.⁶ São estas especificidades que mostram o conteúdo do modo de produzir "sui generis" da "pequena produção" que Vilar (1977) define como "uma unidade produtiva, em que o pro

⁵Coelho, M. Caracterización de la pequeña producción mercantil Campesina. In Historia y Sociedad Rev. Latino Americana de Pensamento Marxista, nº 8 1975 p. 4.

⁶Silva J.F.G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo Ed. Hucitec 1978 p. 31
35.

prietário organiza seu trabalho livremente, com a família, sem se ajustar a um tempo determinado". E acrescenta ele: "sua remuneração corresponde ao autoconsumo familiar do produto. A unidade produtiva tem área pequena e baixo valor de produção, com culturas diversificadas e uma economia simples"⁷.

Os produtores simples de mercadoria de cana de açúcar, produzem através de mecanismos criados, por sua determinação e por elementos externos a sua vontade, que contribuem para que sua produção, com mão de obra familiar, das culturas de subsistência etc., seja diferente, em relação ao modo de produção dominante. Embora integrados dentro do sistema como elementos para o seu desenvolvimento, como verifica Silva (1978), "a agricultura de subsistência, bem como as relações de produção não capitalistas em que ela se apoia além de ser produto do próprio movimento de expansão do capitalismo, constitui-se num dos pontos de apoio de sua efetivação, na medida em que, ao produzir à base de uma economia excedente pode oferecer seus produtos a preços mais baixos no mercado"⁸.

⁷Vilar, P. La Economía Campesina. In *Historia y Sociedad Rev. Latina Americana de pensamento marxista* nº 15 1977 p. 10-13.

⁸Silva J.F.G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência. São Paulo. Editora Hucitec, 1978 p. 19.

A cana de açúcar sendo um produto vinculado a agroindústria e sendo também altamente comercializável, é explorado nos moldes capitalistas pelos grandes produtores, mas tem um suporte para os momentos de crise, na medida em que faz permanecer os seus pequenos produtores de cana, os quais produzem baseados na mão de obra familiar, como donos dos meios de produção mas dependendo da agroindústria para repetir o ciclo produtivo da cana. Sofre as consequências dessa dependência: ficando sem capital e oferecendo a sua força de trabalho ao usineiro para poder sobreviver. Por outro lado o apego a terra é um fator para a sua reprodução, pois como já falava Guimarães (1979) em "A Crise Agrária", "a decomposição da grande e média propriedade e a ocupação legal ou ilegal de terras novas, ao lado da resistência e do apego tradicional à terra da família camponesa, garantem nas condições brasileiras a reprodução e a sobrevivência cada vez mais prolongada da extensa camada mais pobre do campesinato".⁹

Em seu estudo Wanderley (1979) mostra que, desde o início de nossa colonização, o senhor de engenho já se utilizava dos "pequenos produtores" para assegurar a exploração e a posse da sua propriedade. "Interessava, assim ao senhor de engenho alugá-la a pequenos agricultores não proprie

⁹Guimarães, A.P. A Crise Agrária. Rio de Janeiro Editora Paz e Terra, 1978 p. 270.

tários, que possuindo alguns escravos, obrigam-se a cultivar a cana e a entregar sua produção ao engenho a que estão vinculados. São os lavradores "obrigados" ou "parceiros"¹⁰. Os aspectos atuais mostram que permanece a entrega de terras a terceiros para exploração que, até os dias de hoje os "pequenos produtores", principalmente o posseiro, continuam a ser interessantes para o senhor de engenho transformado este em usineiro pelo desenvolvimento do capital no campo. Os lavradores "obrigados" como fala Wanderley (1979) não decaíram em importância, sofreram é certo algumas transformações, pois em vez de lavradores "obrigados" são parceiros, arrendatários, mas constituem atualmente, dentro da produção açucareira, um elemento constante que contribui também para a realização do processo produtivo da cana de açúcar.

A existência portanto do produtor mercantil simples é patente desde os verdes anos de nossa agricultura até a época atual. Os autores variam na sua denominação. Ora é "lavrador"¹¹. Neves (1981); "lavrador obrigado"¹⁰ Wanderley(1978) "camponeses livres"¹² Meyer (1979), etc. Mas todos verificaram

¹⁰Wanderley M.N.B. Capital e Propriedade Fundiária. Suas articulações na Economia Açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro Ed. Paz e Terra 1978. p. 26.

¹¹Neves, D.P. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro Ed. Zahar Editores 1981. p 23.

¹²Meyer, O.R. A Terra do Santo e O Mundo dos Engenhos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979 p 130.

que o produtor mercantil simples é um elemento permanente dentro do processo produtivo da agricultura brasileira. Vê-se portanto que o processo de expansão do capital na zona canavieira não contradiz com a existência, e mesmo com a expansão da produção mercantil simples, na forma dos pequenos fornecedores de cana. Dentro deste novo contexto caracterizado pela expansão canavieira como se rearticulam os elementos característicos da produção mercantil simples a extração do sobretabalho, participação do trabalho familiar, produção para o auto-consumo e assalariamento dos pequenos fornecedores? A articulação destes momentos na atividade canavieira da área pesquisada constituirá pois o objeto do próximo capítulo.

3. OS PEQUENOS FORNECEDORES E SUA DEPENDÊNCIA À USINA

No 1º capítulo apresentamos uma estratificação dos fornecedores de cana, e aspectos da diferenciação entre os grandes, médios e pequenos fornecedores. A seguir abordamos a questão teórica posta pela "pequena produção", compreendendo os pequenos fornecedores de cana como, produtores simples de mercadoria.

Neste capítulo vamos ver como se dá a inserção dos pequenos fornecedores com o processo açucareiro, o que implica examinar não apenas o fornecimento de cana, mas também a relação de trabalho eventual e todos os momentos que possam significar uma situação de dependência à usina.

3.1. Os Pequenos Fornecedores com terra própria.

Os pequenos fornecedores com terra própria, têm o título legal da sua propriedade, produzem geralmente 10 a

1.000 toneladas de cana de açúcar, a maioria situando-se entre 10 e 500 toneladas. Os pequenos fornecedores, com terra própria, são donos dos meios de produção mas dependem financeiramente da usina, para reproduzir o ciclo produtivo da cana, pois os rendimentos auferidos nestes moldes de produção não permitem que a acumulem para si próprios. Produzem pequena quantidade de cana (Veja quadro 4) motivado pela falta de insumos ou técnicas modernas, pois não têm condições para investir na propriedade. Trabalham com mão de obra familiar, contratando no período da safra alguns assalariados. Produzem também produtos como o feijão, milho, e a macacheira para auxiliar na alimentação e renda familiar.

3.2. Os Pequenos Fornecedores arrendatários.

Os pequenos fornecedores arrendatários são pequenos produtores de cana de açúcar que alugam as terras da usina ou de outros proprietários para poderem produzir a cana e pagam anualmente por esse arrendamento uma determinada quantia em dinheiro. Produzem entre 10 a 1.000 toneladas de cana. (Veja quadro 4) Os arrendatários pagam à usina o aluguel da propriedade da terra, entre 15 e 20% da produção dependendo da terra arrendada. A usina tem seu pagamento garantido pelo fornecimento da cana, pois no final da safra a usina retira a sua parcela, pagando ao fornecedor só o restante do saldo.

Quadro 4. Pequenos Fornecedores (Proprietários e Arrendatários) de Cana de Açúcar da Usina Santa Rita com área e Fornecimento no período de 1979/1983.

Área	Safrá 79/80		Safrá 80/81		Safrá 81/82		Safrá 82/83	
	Nº de imóveis	Fornecimento em t.	Nº de imóveis	Fornecimento em t.	Nº de imóveis	Fornecimento em t.	Nº de imóveis	Fornecimento em t.
01 a 10	11	727,500	11	783,0	6	155,0	10	710,0
11 a 20	15	851,00	15	842,0	10	518,2	14	796,3
21 a 30	17	5.831,700	19	5.679,2	6	1.040,2	16	5.527,0
31 a 40	18	3.663,100	18	3.065,8	9	1.070,0	18	3.168,5
41 a 50	18	3.598,100	19	3.061,7	13	1.540,4	20	2.146,1
Soma	79	14.671,4	82	13.431,7	44	4.323,8	78	12.347,9

FONTE: Anotações da Usina Santa Rita

A propriedade do pequeno arrendatário produz sem nenhuma inversão tecnológica moderna, havendo porém algumas que utilizam pouca tecnologia, (cerca de 4 arrendatários) geralmente adubos, e a aração da terra com os tratores alugados da usina, ou de terceiros. Eles alugam, tratores ou a enchedeira de cana, da própria usina ou de algum grande fornecedor. Predomina a mão de obra familiar, havendo poucos assalariados fixos e um maior número de assalariados contratados no período da safra. Utilizam a mão de obra familiar com menos intensidade de que o posseiro. Geralmente mantêm os filhos estudando, "para ser doutor". Existem cerca de 68 pequenos proprietários e 11 pequenos arrendatários. As diferenças específicas entre eles é mais quanto a posse da terra do que na relação de trabalho e no seu modo de produção.

3.3. Os Posseiros.

Os posseiros são pequenos produtores de cana de açúcar, que possuem a posse legal ou não da terra, mas não a sua propriedade. Consideram-se donos dos meios de produção e sua unidade produtiva não tem nenhuma inversão tecnológica moderna. A produtividade é pequena. A produção é realizada em pequenas áreas, chegando a produzir até 1.000 toneladas de cana (Veja quadro 5) e mesmo usando de maneira intensiva a mão de obra familiar, não conseguem elevar sua produção.

Quadro 5. Pequenos Fornecedores (Possesiros*) de cana da Usina Santa Rita, com a área e o fornecimento de cana no período de 1979 a 1983.

Área em ha	Safrá 79/80		Safrá 80/81		Safrá 81/82		Safrá 82/83	
	Nº de imóveis	Forneci mento em t	Nº de imóveis	Forneci mento em t	Nº de imóveis	Forneci mento em t	Nº de imóveis	Forneci mento em t.
01 a 10	14	1.580,1	15	1.772,70	12	648,7	13	1.338,2
11 a 20	05	3.035,2	05	4.029,60	06	2.787,6	05	2.991,4
21 a 30	01	36,0	01	38,90	-	-	01	17,7
31 a 40	0	0,0	00	0,00	-	-	-	-
31 a 50	1	675,3	01	531,80	-	-	-	-
200	1	1.811,0	01	1.447,70	01	2.795,2	01	3.349,2
Soma	22	7.137,6	23	7.820,7	19	6.231,5	20	7.696,5

FONTE: Anotações da Usina Santa Rita.

* Possesiros ou, como os considera a Usina, Lavradores, são fornecedores que plantam cana em terras cedidas pela usina em caráter definitivo.

Os posseiros sã detêm a posse da terra, estando a propriedade da terra que ocupa nas mãos da usina ou de um dos seus acionistas.

Os posseiros que possuem o título da posse da terra como compradores legais, pagam a usina 15% da sua produção de cana de açúcar no campo*. Esses posseiros ocupam uma área razoável com outras culturas, (macacheira, feijão, inhame hortaliças, gado, viveiro de peixe, etc), sendo estas um complemento para a renda familiar, de acordo com as condições da terra. Todos os posseiros têm suas culturas de subsistência.

Cerca de 40% dos posseiros tem área com outras culturas maior que a da cana de açúcar. Para esses posseiros, existe uma obrigação "moral", durante o período da safra, de ajudar a usina, trabalhando no corte ou no plantio e alugando

W

* Esse pagamento feito pelos posseiros legais a usina, é uma percentagem retirada pela usina através de taxas fixas, condicionadas pela usina, como 1,5% para fundos sociais, 2,5% para o FUNRURAL etc. 1,5% para o dono da terra, 2,5% para os sócios da cooperativa (são todos associados) 1% para fins de saúde. A usina diz que não cobra pelo uso fruto da terra.

do-lhes, quando esta necessitar, os burros para o cambito, boi para o cultivador etc. A usina paga a esses posseiros também por produção, e naquele momento os considera como trabalhadores assalariados.

Considerando as condições do posseiro em relação ao dono das terras, no caso o usineiro, temos dois aspectos a considerar:

- a) Os posseiros são considerados um "quisto pelo dono das terras, o usineiro, pois segundo ele, doa a terra para o plantio da cana e eles plantam outras culturas. Posseiros com 12 ha de terra, põem apenas 10 toneladas de cana para a usina, preenchendo o restante com roça e gado;
- b) O usineiro dá aos posseiros as piores terras para serem cultivadas, por isso eles tem que recorrer à plantação de culturas de subsistência para suprir suas necessidades básicas alimentares, pois o que produzem de cana não lhes suprém durante o ano inteiro, pois as terras não são apropriadas para o plantio da cana. Estes são aspectos que se chocam, quando vistos isoladamente, mas evidenciam a exploração do pequeno produtor. E por outro lado, a estratégia de sobrevivência do posseiro, dentro de suas condições econômicas Jurídicas e Sociais.

Geralmente os posseiros, arrendatários e pequenos proprietários além de fornecer cana para a usina, prestam serviços e transformam-se em assalariados nos meses de

entressafra, de março a agosto, para complementar a sua renda. Este fato implicará em que mais adiante tenha-se que tratar da questão da venda de força de trabalho por parte destas categorias.

3.4. Os Lavradores ou Posseiros sem títulos legais.

Esta categoria de pequenos produtores detêm a posse da terra, terra esta doada pela usina, para produzirem cana de açúcar. Não possuem o título legal da posse da terra apenas o tempo de uso-fruto da terra.

Esses lavradores pagam a usina 7,5% da sua produção de cana no campo, não como pagamento pelo usufruto da terra, pois ocupam também uma área razoável com outras culturas inclusive gado, que lhes serve para complementar a subsistência, mas essa percentagem é retirada por taxas, como 1,5% para fundo social, 2,5% para o FUNRURAL etc. num total acima citado. O usineiro considera esses posseiros como lavadores isto é como moradores fixos e não retiram a parte para a usina que é de 7,5%.

Atualmente a usina já não cede mais terras aos lavradores, havendo uma tendência para o desaparecimento dessa categoria, pelo menos nas terras da agroindústria estudada, devido as questões provocadas pela posse da terra. Na u

sina Santa Rita houve em setembro de 1975 um conflito, sendo encerrado após a morte violenta do posseiro. Outro motivo é relativo ao plantio de outras culturas: o usineiro acha que os lavradores estão se utilizando das terras para o cultivo da mandioca, milho, feijão, etc, e não a cana que é a produção de interesse da usina. Existem 4 lavradores com 12 ha de terra e que são fornecem 10 toneladas de cana a usina.

A usina se responsabiliza pela assistência social do lavrador e seus familiares, sendo isto uma obrigação imposta por lei, pois a usina recebe uma taxa do I.A.A. por empregado, para empregar no bem estar social destes. Os lavradores acham que o usineiro está fazendo um favor, enquanto que na realidade é uma obrigação social da usina, mesmo quando eles não são filiados ao FUNRURAL. Essa taxa é dada a agroindústria para que os seus trabalhadores tenham assistência médica na usina Santa Rita existe um posto médico que dá assistência aos trabalhadores da fabrica e aos do campo. O FUNRURAL é independente da usina e tem obrigação de dar assistência médica aos seus filiados, além de lhes dar a aposentadoria.

3.5. O Sistema produtivo do pequeno fornecedor.

Quanto ao sistema produtivo, existem pequenas diferenças entre os pequenos fornecedores, sendo mais relati

vo a quantidade de toneladas de cana fornecida à usina do que em relação as especificidades culturais. Tanto no sentido sociológico como no antropológico suas relações se confundem, permanecendo o mesmo sistema tradicional de produção, o paternalismo, a dependência financeira em relação ao usineiro o trabalho dependente da articulação do pequeno fornecedor com o usineiro, estipulando este o que aquele pode plantar, o fornecimento necessário de dinheiro para o plantio etc. Como exemplo temos pequenos proprietários fornecedores de cana com produção que varia de 10 até 1.000* toneladas e que dependem das condições impostas pela usina. Primeiro: por ter sido ajudado pelo usineiro para comprar as terras para o plantio da cana, submete-se a fornecer a cana a esta usina, condicionado moralmente através da amizade, da palavra dada e do valor que os pequenos produtores dão ao apadrinhamento. Segundo: embora os fornecedores com terra própria possam vender seu produto às outras usinas, isto só pode ser feito enquanto a usina que o ajudou não comece a moagem, isto é, a produzir o açúcar, conseqüentemente a receber a cana de açúcar, e se o fornecedor tiver muita cana, que a usina não tenha condições de receber.

* Existe na usina Santa Rita um fornecedor de cana com produção de 1200 a 1500 t de cana e que tem as mesmas características do pequeno que produz até 1000 t. (Dados da usina).

Entre todos os pequenos fornecedores, a produção é feita em bases técnicas tradicionais, sem quase nenhuma mecanização. Como existe a escassez de força de trabalho no campo, e a mão de obra familiar ser pouca para a quantidade de serviços, durante a safra, é necessário o uso de máquinas para o enchimento dos caminhões, geralmente alugadas da usina ou de grandes produtores, por esse motivo o pequeno fornecedor, como não pode pagar de imediato o aluguel da máquina, endivida-se junto a usina. Esta dívida só é saldada por ocasião da venda das canas, seis meses ou um ano depois, no período da entre safra, quando já tem fornecido todas as suas canas, e está então recebendo o saldo, semanalmente, para sua manutenção e para produzir a cana de açúcar. Até cerca de dois anos atrás (safra de 79/80) o usineiro financiava a produção a estes fornecedores, atualmente, o fornecedor está ficando com saldo credor, e a usina está se beneficiando, deste dinheiro que vai liberando-o em parcelas, semanais após a safra portanto quem está financiando a produção da cana de açúcar dos fornecedores, são eles próprios, com saldo que fica nas mãos do usineiro. Caso o fornecedor precise de uma quantia maior, além das despesas de sua subsistência para ser atendido, tem que pedir ao usineiro como um favor e as vezes não recebem tudo que pede, o que não ocorre com os grandes e médios fornecedores, que exigem o pagamento de acordo com a quantidade de cana posta na usina durante a semana.

Vimos com isto que o usineiro, como possuidor dos meios de produção (terra e capital) se prevalece do seu poder e prende o saldo dos pequenos fornecedores, fazendo com que eles permaneçam como produtores mercantis simples, não podendo com o restante do dinheiro comprar mais terras ou investir em maior quantidade de plantação de cana, pois o usineiro como capitalista, encontra vantagens na "pequena produção": a de ter força de trabalho e matéria prima permanente, além de transferir os riscos da produção da cana, diminuindo seus gastos, passando a responsabilidade da produção ao pequeno produtor.

A usina oferece também os rebolos de cana para o replantio e em alguns casos o inseticida e alguns instrumentos de trabalho, enxada, foice, facão etc. A usina não cobra juros por esses empréstimos, mas como são recebidos um ano após o replantio, obtêm um lucro extra, pois anualmente as canas sobem de preço, numa proporção maior do que a inflação. Portanto também através sem adiantamentos de instrumentos de trabalho se apropria do excedente, frutos da exploração de relações de produção não capitalistas e através da diferença de valor entre o preço do trabalho na época do replantio do partido de cana e o preço no período em que as canas forem vendidas.

O pequeno fornecedor ao não ter condições de

obter instrumentos mecanizados, para desenvolver o ciclo produtivo da cana, e aumentar a produtividade permanece como comprador de serviços especializados à agroindústria e se insere como "pequeno produtor" dentro do processo de trabalho. A utilização do trabalho familiar garantindo a sua reprodução física e socioeconômica, diminui os custos da sua produção mercantil. A dedicação a produtos de subsistência concorre para a diminuição dos gastos com consumo domésticos e a sua dependência ao mercado, permitindo a continuação do seu tipo de sistema produtivo, dentro do processo de produção dominante.

Ao lado da produção da cana os pequenos fornecedores se dedicam portanto a produção de outros produtos para autoconsumo ou mesmo para mercado, como complementaridade à manutenção da própria família (Veja quadro 6). Embora os fornecedores de cana tenham se especializado num produto comercial, a integração ao mercado não é plena, ficando também como produtor de alimentos básicos alterando as formas do processo de produção capitalista. Através da produção de subsistência, a mandioca para a família, o milho, o feijão pode-se dizer que torna-se um processo produtivo cujas regras diferem do sistema capitalista. Sobre esses produtos tem certa autonomia quanto ao processo de trabalho e quanto ao controle da produção, produzindo com a família e levando o exceden

te para o mercado. Embora a quantidade maior dos alimentos produzidos seja para autoconsumo, existe entre esses produtos um que vai diretamente para mercado, no caso estudado, a mandioca.

A pecuária é insignificante entre os pequenos fornecedores, apenas uma vaquinha para o consumo do leite das crianças. Estas atividades criam as vezes certos conflitos com o usineiro que proíbe as culturas permanentes e não gosta que os fornecedores ampliem suas produções para consumo, embora também usufruam desses produtos como: o feijão verde o coentro o pimentão a banana, tudo vai para a sua mesa. O pequeno fornecedor precisa dessas atividades para repor sua força de trabalho e completar sua renda familiar.

3.6. Pequenos Fornecedores como trabalhador assalariado.

Os pequenos fornecedores, são os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, estes últimos identificados pela usina como lavradores, todos possuidores dos meios de produção, mas dependentes da usina, financeiramente. Um estudo realizado em 1979 sobre os "Lavradores e pequenos Produtores de cana" da região açucareira de Campos, RJ, por Delma P. Neves, é capaz de nos dar informações sobre este processo. A autora conceitua os lavradores da seguinte forma: "Os pequenos lavradores são identificados pelo controle da cana de uma área de terra entre 1,5 a três alqueires, extensões mínimas que asseguram a reprodução de uma unidade familiar, conforme sua composição e ciclo de desenvolvimento doméstico, complementando o

rendimento da unidade familiar através da venda descontínua da força de trabalho e/ou enquanto integrante de uma turma, através da utilização de uma atividade subsidiária como o comércio ou através da prestação de serviços como artesões ou oficiais? Neves (1981)¹³. Em nosso estudo vimos que durante a entressafra eles conseguem obter os recursos necessários à própria reprodução do processo produtivo da cana, se assalariando e levando para mercado os produtos básicos de alimentação.

Esses fornecedores de cana, caracterizados na área que está sendo objeto de estudo, como lavradores, são considerados pelo usineiro como empregados fixos, durante a safra recebem por produção e aumentam a sua produtividade de trabalho, pela ajuda da mulher e dos filhos, força de trabalho não contratada mas que gera valor através do aumento do trabalho do pai e/ou marido, ou seja, é uma transferência de valor que é passado, da mulher e filhos para o empregado, pequeno fornecedor, como único membro da família contratado. Quem se apodera porém desse excedente é o proprietário da terra. A usina não tem vínculo empregatício com a mulher e a criança, mas utiliza o truque de salário mais alto, o trabalho por produção, no qual quem produzir mais ganha mais, e com isso faz com que a criança que ajuda o pai, para este produzir bastante, seja explorada e "gere mais valia" através da elevação

¹³Neves, D. F. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981. p. 32.

da sua produção, ou melhor do aumento do seu trabalho.

Por sua vez o valor dessa força de trabalho na "pequena produção" não é computado, havendo condições desiguais de produção entre o modo de produção capitalista e a maneira de produzir do pequeno fornecedor. Tal desigualdade encobre os custos mais elevados da produção dos pequenos produtores, através da exploração do trabalho familiar, dos pequenos fornecedores.

O pequeno fornecedor se assalaria tanto nos meses da safra da usina isto é de dezembro a agosto, trabalhando na sua "roça" nos domingos e feriados, como na entressafra. Os filhos e a mulher ajudam durante toda a safra nas tarefas mais simples como semeadura e a cobertura com terra, dos rebolos. Neste período o pequeno fornecedor transforma-se em um assalariado e trabalha em todas as atividades necessárias desde o corte da cana e o enchimento dos transportes que são as principais atividades nesta época, até a semeadura, fundação da cana-planta, etc... As condições do pequeno fornecedor proprietário, arrendatário ou posseiros, são semelhantes, havendo uma diferença apenas quanto a posse da terra como já falei anteriormente, portanto todos são assalariados ou trabalhadores permanentes da agroindústria açucareira.

As categorias econômicas-sociais: pequenos pro

Quadro 6. Pequenos Fornecedores de cana pesquisados na Usina Santa Rita, mostrando suas características na safra 81/82

Tipos de Pequenos Fornecedores	Nº de Fornecedores	Com Agricultura de subsistência	Com produção de peixe	Com gado	Que se assalariam	Que contratam assalariados	Com prejuízo na cheia	Fornecimento de cana
Proprietários	5	5	-	5	5	5	3	3.453,8
Arrendatários	4	4	-	4	4	4	4	1.127,2
Posseiros com título legal	6	6	3	6	6	6	6	2.310,4
Posseiros sem título	16	16	-	16	16	16	16	5.510,3
S O M A	31	31	3	31	31	31	29	11.381,7

FONTE: Entrevistas com os próprios fornecedores em dezembro de 1982.

prietários posseiros e pequenos arrendatários, tornam-se sinais evidentes de maior rentabilidade para o sistema econômico canavieiro X

3.6.1. O Trabalho pago por produção.

A utilização do pagamento do salário por produção aos trabalhadores, tem provocado reações diversas entre os fornecedores e trabalhadores. Os pequenos fornecedores acham que a "conta" que é a medida tomada como base para se pagar a produção do trabalhador, é muito grande para que possam ter uma produção maior sem se esgotar ou trabalhar excessivamente, reagindo igual ao trabalhador pois quando ele se assalaria verifica que a conta é grande para que se possa trabalhar bastante. X

Para o usineiro, o trabalhador do campo só produz o necessário para sua subsistência, é um preguiçoso, pois mesmo tendo condições de produzir muito mais, se limita ao corte de 2 ou 3 toneladas por dia, o suficiente apenas para se alimentar. O grande e médio fornecedor estão de acordo com o usineiro. *motivação* ← X

Enquanto que os trabalhadores também acham a "conta" grande e que para ganharem bastante terão que produzir muito e se esgotarem fisicamente. Quando o empregador fala que "paga mais que o salário mínimo, pois os trabalhadores

ganham por produção" e " só é produzir para ganhar muito" não consideram o tamanho da "conta" nem o desgaste físico do trabalhador, ele vê apenas a quantidade da produção. E quando ta cham os trabalhadores de preguiçosos por não produzirem muito mais, não vêm que pagam pouco e os trabalhadores se acham mal renumerados e trabalham apenas para sobreviver, isto é repor a força de trabalho. O trabalhador percebe que se trabalhar mais vai ter um desgaste físico maior que o ganho oferecido ' pelo patrão, então é uma questão de racionalidade do trabalha dor e não de preguiça.

Procuramos neste capítulo classificar os fornecedores de acordo com a quantidade do fornecimento de cana de açúcar à usina e fazer uma análise da sua relação de trabalho com o usineiro, das especificidades do modo de produção dos pequenos fornecedores de cana. Tentaremos no capítulo seguinte, fazer uma avaliação teórica dessa pesquisa empírica.

4. DOMINAÇÃO INDIRETA DO PEQUENO PRODUTOR:

4.1. Uma análise da dependência do pequeno produtor à usi na.

Um trabalho fruto da experiência e das pesquisas identificação das regiões homogêneas na Agricultura e Comercialização e Formação de Preços, realizadas em 1975/1977 e da Pesquisa Evolução recente e situação atual da Agricultura Brasileira feita em 1978, por Paulo R. Beskov, nos dá conhecimentos sobre esse fator. O autor cita: "nas regiões onde a acumulação de capital não se realiza na agricultura, transferindo-se o excedente para o grande proprietário fundiário ou para o capital comercial beneficiados da produção agrícola, a dominação da força de trabalho empregada na agricultura não se dá diretamente pelo capital, não sendo significativo seu contingente assalariado", e nós mostra ainda, que estas formas de extração do excedente podem ser assim resumidas: "Pagamento da renda fundiária pelo parceiro sob forma de percentual da produção obtida

no produto comercial; pagamento da renda fundiária pelo rendeiro ou arrendatário não capitalista sob a forma de uma quantidade fixa do produto obtido ou de dinheiro; obrigatoriedade do produtor direto, parceiro, rendeiro, ou posseiro, de trabalhar determinados períodos por um salário inferior ao estabelecido pelas condições do mercado de força de trabalho na região"¹⁴.

Em nosso estudo vimos que através da exploração e utilização da capacidade de financiamento, controlada pelo usineiro/beneficiador ou proprietário fundiário para o repasse do crédito a juros mais alto do que o cobrado pelo sistema financeiro. Há ainda: fornecimento de alimentos e outros produtos a preços supervalorizados, (barracão)* além do controle da comercialização através da compra antecipada da cana a preços subvalorizados, e a vinculação da produção a uma usina beneficiadora não podendo a cana ser vendida em outra. Todos esses procedimentos reduzem o ganho do pequeno fornecedor a um mínimo vital para sua reprodução como força de trabalho, forçando-o a aumentar o tempo e a intensidade de sua jornada de trabalho e a incorporar a família crescentemente no processo de trabalho. Como lembra Singer (1979) citando Sigoud que "estas formas exacerbadas de exploração atingem as mulheres e crianças que são obrigadas a se integrar na força de trabalho, tornando sua reprodução normal inviável

¹⁴ Beskov P. R. Agricultura e Capitalismo. In Andrade, M. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1980 (19) p. 115.

* Mercearia, onde se vende gêneros alimentícios. O dono é o usineiro ou o gerente da usina.

vel"¹⁵. Fazendo uma comparação do nosso estudo empírico com o que cita Beskov (1978), "nessas áreas agrícolas as contradições principais entre produtores diretos posseiros, parceiros, rendeiros - e proprietários fundiários passam pela questão do controle do mais importante meio de produção dessas agriculturas - a terra - e do financiamento e, comercialização pelos pequenos produtores de cana.¹⁶ Como também Duarte e Queda (1974) Em "Agricultura e Acumulação" mostram que: "uma vez estabelecidas essas maneiras de organizar a produção, mantido o controle sobre o meio de produção mais importante a) terra) e sobre a mão de obra, é dado que o único fluxo de renda significativo era o que provinha do exterior, o controle das atividades de comercialização passa a ser o fulcro em torno do qual giraria por muito tempo o processo de produção agrícola"¹⁷, os pequenos fornecedores fazem parte dessa estrutura como "pequenos produtores" durante uma parte do ano, dono dos meios de produção e interdependentes à agroindústria através da intensificação do seu trabalho familiar para aumentar sua renda, e cedendo, nas fases de pico da cultura canavieira, sua força de trabalho.

¹⁵Singer. P. Capital e Trabalho. in. Pinsky, J. Estudos sobre: Boias - frias, Acumulação Capitalista, trabalho feminino, salário, Organizações Públicas no Nordeste, consumo de Alimentos. São Paulo Ed. Hucitec. 1979 p. 3.

¹⁶Beskov. P. R. Agricultura e Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro. 1978. p. 116.

¹⁷Duarte J. C. e Queda, O. Agricultura e Capitalismo. Realiza do para o Seminário de Pesquisa sobre Alternativas de Desenvolvimento dos grupos de Baixa Renda. São Paulo 1974. p. 93.

4.2. A articulação do pequeno produtor com o modo de produção dominante.

A articulação dessa agricultura de pequenos produtores (fornecedores de cana), proprietários de terra ou não, com a economia nacional (o sistema capitalista) se dá através da produção de alimentos e matérias-primas a baixo custo, oferta de força de trabalho a baixo preço no setor agroindustrial e na agricultura utilizadora do trabalho assalariado. O pequeno produtor de cana acrescenta um salário para complementar a sua produção de alimentos, obtida da terra que possui. Em seu estudo, Beskov (1978) esclarece, "Quando a indústria processadora de produtos de origem rural não faz aplicação do capital diretamente na atividade agrícola, a forma que adota para a subordinação da agricultura passa pelo domínio do processo de comercialização, e financiamento da produção".¹⁸ Ao invés da agroindústria açucareira plantar sua própria matéria prima, dá-se o processo de subordinação da pequena produção - pequenos fornecedores de cana proprietários com base no trabalho familiar - às exigências do capital industrial, através do qual o custo de produção industrial reduz-se sensivelmente. Silva (1979) em seu trabalho mostra outra especificidade que, "Assim, a contradição formal resultante da existência de formas pré-capitalistas como formas de dominação do capital encobre contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil; desenvolvimento que implica na reprodução das relações pré-capitalistas sob a égide do capital e a re

¹⁸Beskov. P. R. Agricultura e Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro. 1978 p. 117

produção do capital baseada em relações pré-capitalistas"¹⁹. Em nosso estudo achamos que essa subordinação dá-se através do financiamento da produção, e de insumos, criando a dependência financeira do pequeno fornecedor da cana de açúcar, e forçando a adoção de um padrão técnico agrícola mais apropriado ao processo produtivo agroindustrial, e da venda para um mercado único da matéria-prima, a cana de açúcar. Há também uma preocupação da parte da agroindústria em especializar o pequeno produtor na produção da matéria-prima de seu interesse, a cana de açúcar, mas sem impedir o seu cultivo de subsistência - na medida em que parte da reprodução da força de trabalho familiar é feita através de cultivo de subsistência, e o preço pago pelo seu trabalho pela agroindústria pode ser mais baixo. (lei do sítio). Verifica-se que dentro de um contexto, onde as relações de trabalho são tipicamente capitalistas, são tomadas atitudes, como a "doação" de 2 ha para plantação de culturas de subsistência aos trabalhadores, o que mostra que o que importa é o lucro final; os meios de produzir, são elementos secundários. Tanto na usina Santa Rita e mais recentemente em Pernambuco, os trabalhadores conseguiram com a greve canavieira o direito a 2 ha de terra, além do salário.*

A pressão para o desenvolvimento da monocultura é forte, mas a maneira camuflada de incentivar a manutenção de culturas de subsistência mostra que essas atividades barateiam o custo da força de trabalho e portanto aumentam o lucro do usineiro.

¹⁹ Silva, S. Formas de Acumulação de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. in Pinsk. J. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo. 1979. p. 10.

* Para maiores detalhes ver Greve nos Engenhos (1980) de Ligia Sigaud. Editora Paz e Terra Rio de Janeiro. V. 10.

Foi visto também que devido a intensidade desigual da mecanização das etapas de produção agrícola canavieira, tanto por questões técnicas como econômicas, também é forte a pseudo proletarização sob a forma de assalariamento temporário. Antigos moradores originários das várias formas de "moradias" e trabalho permanente os quais são expulsos pelas transformações capitalistas que ocorrem na agricultura e pelas calamidades como as en chentes ou sêcas. Eles convertem-se em trabalhadores temporários, ou safristas. Esses elementos geralmente quando são atingidos pela sêca migram e se assalariam em caráter temporário nas u sinas. Num período de 6 meses até 1 ou 2 anos, dependendo da es tiagem e do dinheiro ganho, quando se acham com condições de vol tar para suas terras, "arrumam os trapos" e partem.

Sob este ponto de vista, Beskov (1970) nos diz que: "As transformações atuais que ocorrem na agricultura brasileira podem ser entendidas a partir da subordinação crescente das atividades agrícolas às exigências da reprodução e acumula ção do capital na economia".²⁰

Enquanto Silva (1978) em seu trabalho nos faz crer que "A crescente dependência da agricultura ao capital manifes ta-se de forma bastante diferenciada na organização da produção agrícola no país, refletindo uma extrema desigualdade na penetra ção capitalista no campo".²¹

²⁰ Beskov. P. R. Agricultura e Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro. 1980. p. 113.

²¹ Silva J.F.G. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência. São Paulo. 1978. p. 241.

Analisando, o nosso objeto de estudo vimos que os fornecedores julgam o dono da usina "bonzinho", porque lhes financia a produção e a subsistência durante a safra, sem se lembrarem que na entresafra o usineiro ficou com o seu saldo, liberando-o aos poucos, por semana, apenas o necessário para as suas despesas, e que durante a safra o fornecimento da cana é a garantia para esse financiamento. Os laços de subordinação são muito intensos no seio das relações entre os pequenos fornecedores com o usineiro. Essa subordinação assume um caráter pessoal mesmo sendo reguladas pela tradição -como por exemplo, nas relações do usineiro com os seus moradores ou posseiros - chegando mesmo a formar um sistema de obrigações e direitos sociais de um para o outro respectivamente. Surge com isso uma relação protecionista ou patriarcal como fala Fernandes (1979). Essas relações configuram aos usineiros o direito de mandar e aos pequenos fornecedores o dever de obedecer. Essa estrutura é baseada na forma de relações superestruturais que garantem uma ideologia da classe dominante em que submete aos seus interesses a classe subordinada, os pequenos fornecedores.

4.3. Como os fatores naturais estão ligados com os fatores sociais e econômicos.

Os fatores climáticos têm importante papel no sistema canavieiro, ora liberando mão de obra para a produção

da cana, ora provocando crises dentro do sistema produtivo, como perda da safra da cana pela sêca ou pela enchente. Esses fatores são abordados a seguir.

A produção é significativamente afetada quanto aos meios técnicos, principalmente as que têm perspectivas maiores para o mercado, e sofrem as consequências da intervenção dos fatores climáticos.

O efeito das sêcas nas unidades produtivas na zona da mata, é indireta já que ela de per si, não atinge a área da monocultura da cana de açúcar, nesta ocorre, diminuta queda pluviométrica, alterando as safras, principalmente à medida em que se afasta do litoral. É evidente que tem que se levar em conta que a paisagem paraibana dos anos setenta à oitenta, que tem se modificado constantemente, aumentando a utilização dos solos, principalmente nas novas usinas, e utilizando-se os solos das encostas, de morros, chãs e dos tabuleiros, devido a nova tecnologia da plantação, dos meios de transportes mais eficientes e das máquinas mais modernas.

Mas o efeito maior que a zona da mata pode sofrer com a sêca é de maneira indireta, ou seja, a direção dos investimentos e protecionismo do Estado passam para atender o Cariri e o Sertão, regiões sêcas do estado principalmente porque estas são áreas de um dos importantes produtos de nossa região, o algodão.

Além do mais se processa neste momento um desequilíbrio na economia de subsistência do sertão para o qual a força de trabalho safrista sempre voltava nas situações climáticas favoráveis, isto é, quando chovia. Esses fatos agravaram-se durante a sêca dos anos de 1979 a 1981.

4.4. O Fornecimento da Força de Trabalho à Agroindústria.

Os fatores climáticos alteram as relações sociais de trabalho. Desequilibra-se o mercado de subsistência, visto que a demanda de produtos alimentares supera em muito a oferta. Os gêneros encarecem rapidamente e o abastecimento começa a ser feito a partir de outras regiões não atingidas. As capitais do Nordeste e as grandes cidades têm sua composição populacional alterada em função da presença dos retirantes.

Esta migração forçada para a zona da mata e litoral beneficia os usineiros e os latifundiários, mas não de todo, devido ao caráter fugaz da força de trabalho, contudo compensador, porque se trata de contratos apenas durante o período da safra. Singer (1979) diz "embora a parceria e o colonato, bem como o salariado permanente possam ser compatíveis com a agricultura capitalista, é o salariado intermitente, o que permite maximizar a taxa de exploração"²². Isto ocorre devido a queda do poder de barganha do trabalhador que vê-se obrigado a aceitar as condições impostas pelas circuns

²²Singer P. Capital e Trabalho no Campo. in Pinsk J. São Paulo. 1979. p. 2.

tancias, até mesmo um salário mais baixo. Segundo informação de um dos proprietários da usina, os safristas são os melhores trabalhadores pois aceitam qualquer trabalho, produzem muito mais que os outros, pois sã pensam em juntar dinheiro' e voltar para suas regiões de origem.

O próprio Estado, se encarrega de desviar (ou enviar) esta força de trabalho para as lavouras de cana de açúcar, através de programas, como frente de emergência etc. Conforme observa Singer (1979) "é impossível compreender a transformação capitalista da agricultura no Brasil sem considerar como o Estado, através de mil formas encaminha o processo". O que vem mostrar que o Estado intervem apoiando o modo de produção dominante, como ainda nos mostra Singer, (1979), citando Martins Dias, "numa formação social em que o capitalismo é hegemônico, o progresso, a modernização tecnológica, o aumento da produtividade sã podem decorrer da expansão do capitalismo em suas formas mais avançadas. Desta maneira, se o Estado se propõe a promover o processo da agricultura, ele sã pode fazê-lo, na estrutura vigente, apoiando as empresas mais capitalizadas"²³. Vemos portanto que a expansão capitalista reduz as condições econômicas dos pequenos produtores de um modo geral. Nas condições específicas da produção canavieira, os produtores, sofrem a intermediação comercial e financeira da agroindústria açucareira. Esses fatores provocam modificações na relação de trabalho, tanto os climáticos como a acumulação do capital, como a intervenção do Estado.

²³Singer P. Capital e Trabalho no Campo. in Pinski. J. São Paulo. 1979. p. 5.

*importante
p/ a teoria*

5. COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES:

Foi identificado neste estudo de caso, as relações sociais que caracterizam a articulação da produção mercantil simples com as do processo capitalista.

Tomou-se como referência empírica os pequenos fornecedores de cana do município de Santa Rita, proprietários ou não da terra, e analisadas a submissão destas unidades familiares ao capital agroindustrial.

Em primeiro lugar viu-se como a expansão capitalista vem reduzindo as condições de sobrevivência dos pequenos fornecedores. Não bastando os problemas com terras pobres (as piores), com baixa produtividade que possuem, adquirem ou detêm a posse, por não poderem comprar outras melhores, os pequenos fornecedores sofrem ainda os efeitos da intermediação comercial e financeira da agroindústria, que expropriando gra

dativamente o excedente da produção familiar, abala os fundamentos de sua organização produtiva. Além da exploração a que são submetidos na esfera da circulação, é preciso considerar como fundamental as condições desiguais da produção mercantil simples com a produção capitalista. Na primeira a produção do valor é caracterizada por um baixo nível de produtividade do trabalho resultante de fatores adversos, que coagem o pequeno fornecedor a dedicar um tempo de trabalho muito superior à quele tempo de trabalho médio socialmente necessário. O processo capitalista que submete os fornecedores de cana é bastante contraditório. Os limites da pequena produção e a tendência a sua dissolução aparecem quando aumenta o seu envolvimento pelo modo de produção capitalista, mas em certas situações conjunturais cria as condições para a sua própria reprodução.

No presente estudo de caso foi verificado que a opção do pequeno produtor de cana para manter as suas condições de vida tem sido o fornecimento de cana à agroindústria. Aceita tornar-se um produtor dependente que passa a fornecer matéria prima às agroindústrias canavieiras. A sua dependência à agroindústria custa-lhe um preço: o aumento de sua jornada de trabalho e a de seus familiares, e a venda de sua força de trabalho à própria usina.

Transformando-se em fornecedor dependente passa a contribuir diretamente para a valorização do capital. Mesmo mantendo uma suposta condição de produtor autônomo no

ta-se que o capital industrial interfere no seu processo de trabalho, impondo suas determinações para criar condições de realizar uma taxa de exploração condizentes com os padrões de reprodução ampliada do capital.

Notou-se que os pequenos fornecedores de cana combinam a produção para mercado da cana-de-açúcar com produção de subsistência de alimentos básicos. Estas atividades, na aparência independentes, são partes do mesmo processo de exploração capitalista, na medida em que os pequenos fornecedores de cana produzem paralelamente a produção da cana, parte dos valores de uso necessários a sua subsistência, estão reduzindo o valor da força de trabalho investida na produção da cana e aumentando o trabalho excedente explorado pelo capital industrial. Desta maneira, formam-se condições para a unidade familiar suportar devidamente a relação de exploração a que está submetida. Por outro lado, este processo de auto-subsistência, faz crescer a taxa de mais valia* absoluta apropriada pelas agroindústrias açucareiras.

*Segundo Marx (1980) "A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho a lêm do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital dêsse trabalho excedente". Marx K. O Capital. O processo de Produção Capitalista 1980 livro 1 V. 2 p. 585.

O pequeno fornecedor de cana, proprietário arrendatário ou posseiro, embora controle os meios e instrumentos de produção, depende anualmente do crédito do usineiro para adquirir os insumos e implementos utilizados na produção da cana. É através deste financiamento que consegue reproduzir o ciclo agrícola pois os rendimentos desta atividade não lhes permitem acumular. O que nos leva a concluir que estas unidades se mantêm como produtores simples de mercadorias.

O mercado certo no fornecimento da cana é considerado pelo fornecedor como uma garantia que as outras culturas não têm. Na realidade este sistema de assegurar a safra, aparentemente uma vantagem para o produtor, é mais um dos mecanismos criados pelo capital para satisfazer seus próprios interesses, pois nota-se uma transferência dos riscos decorrentes de fenômenos climáticos, na medida que os prejuízos são socializados entre os fornecedores. Esse asseguramento da safra pela usina, fornece condições para que o fornecedor salde seu financiamento, sem despesas para a usina e volte a plantar na safra seguinte.

Foi visto que a expropriação continuada do valor criado por estas pequenas unidades familiares, ainda que exauridas, são mantidas pelo capital. Tudo nos leva a crer que a cana de açúcar, produto controlado e dinamizado pelas agroindústrias e o capital agroindustrial, continuará a ser cultivada também pelos pequenos produtores. O fato que foi

pesquisado é uma demonstração de que as relações sociais de produção se apresentam de forma heterogênea num dado contexto capitalista. Tanto que em certas circunstâncias, a manutenção destas unidades de formação não capitalista, ajudam a reprodução do modo de produção dominante.

Os pequenos fornecedores de cana são mantidos como fornecedores de matéria prima para a usina, a preços baixos, pois não produzem nos moldes capitalistas, e produzem sem riscos para a usina, como fornecedor da força de trabalho barata e como responsáveis pelo suprimento de alimentos básicos para a sua subsistência própria.

Ao redor da agroindústria açucareira paraibana, os pequenos fornecedores desempenham esse papel. São elementos indispensáveis para a usina, como mantenedores de uma combinação anteriormente existente de protecionismo da parte do usineiro e dependência da parte do fornecedor.

No conjunto, a pequena produção é uma pequena unidade produtiva cujos elementos se misturam de forma complexa. Dentro do contexto do modo de produção capitalista as teorias em relação a pequena produção servem para avaliá-la no presente e na nova realidade. Chegando a conclusão que não se pode definir um tipo puro de modo de produção, mas pode-se avaliar as consequências de um determinado processo de produção, verificar as especificidades de cada caso e as múltiplas situações da qual se utiliza para se reproduzir dentro de seu processo

de produção específica. Nesse confronto de poder, as forças so
ciais de produção representadas pelo capital ocupam uma posi
ção dominante, exercendo um poder de coerção. A produção capi
talista articula e desenvolve a "pequena produção" para divi
dir com ela os riscos do processo, para se apoderar de sua for
ça de trabalho e para ter a produção de alimentos básicos além
da terra explorada. A garantia da matéria prima e a garantia
da força de trabalho permanente e ao seu dispor, faz com que
o usineiro persista em recriar e em sustentar essas formas de
produção. Dominando-as através do capital, mas fornecendo sub
sídios suficientes para torná-las quase que autônomas no modo'
de produzir, com isso diminuindo os custos da sua produção
de açúcar. Os pequenos fornecedores, utilizando-se de meios
e valores diferentes do processo social global, se desenvolvem
e se subordinam ao capital através da venda de sua força de
trabalho e da apropriação do excedente de valor de sua produ
ção pelos usineiros.

A pequena produção dentro deste contexto, prin
cipalmente em relação a produção da cana de açúcar pode-se di
zer que tem o papel de sustentar o domínio do usineiro, como
dono dos meios de produção, através das transferências de ris
cos dentro da produção da cana, através do paternalismo impos
to pelas circunstâncias de uma relação de trabalho cujo deten
tor do capital (o usineiro) explora os pequenos produtores,
sem lhes dar condições para acumular, e ao mesmo tempo man

brando de tal maneira que o reconhecimento e a gratidão sejam elementos que formam liames inquebráveis entre pequenos produtores e usineiros. A pequena unidade de produção é o suporte para a continuação dos aspectos atuais da nossa estrutura agrária. O que vem mostrar que a "pequena produção" continua dentro do sistema, sendo mantida mesmo com o avanço do capitalismo no campo. Suas especificidades são elementos que justificam a sua continuidade, pois trazem benefícios ao capitalismo. O trabalho familiar, como força de trabalho fixa, mostra como a pequena produção está integrada dentro do contexto geral da agricultura brasileira, como um elemento indispensável para o seu desenvolvimento sócio-econômico, e o seu papel é importante dentro da nossa realidade agrária, onde o capitalismo impera transformando, mas também recriando essas formas diferentes de produção, como os pequenos fornecedores de cana, o morador, o arrendatário, o posseiro, etc. Este aspecto encontrado em nosso objeto de estudo é abordado por Silva (1979) que afirma, "É o desenvolvimento do capitalismo que explica a expansão da produção agrícola mesmo se ela se realiza sob relações de produção predominantemente pré-capitalistas. Através de mecanismos próprios o capitalismo faz com que a pequena produção permaneça na agricultura contribuindo a cada momento para que o lucro seja maior no processo social de pro

dução".²⁵ Desta maneira verifica-se que os pequenos produtores de cana fazem parte do processo global de produção. Mas os pequenos produtores são elementos que produzem cana de açúcar, matéria prima para uma agroindústria, através da utilização de formas de produzir diferentes em uma empresa capitalista. Neste aspecto a sua racionalidade para produzir difere dos conceitos de um modo de produção capitalista.

²⁵Silva. S. Capital e Trabalho no Campo. In Pinski J. São Paulo. 1979 p. 18.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- BESKOW, P. R. Agricultura e Capitalismo no Brasil. Encontro com a civilização Brasileira. Rio de Janeiro Ed. civilização Brasileira. 1980 (19): 113 - 125.
- BRANDENBURG, A. Liderança, Extensão Rural e Mudança Social. Piracicaba, ESALQ. 1980.
- BRANDENBURG, A. E MOLINA FILHO, J. Comunidade Rural e Categoria de Produtores. Paranã, ACARPA, 1981.
- CASTRO, A. C. et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira; síntese das transformações atuais. Brasília. Editora BINAGRE, 1979. 270 p.
- CHAYANOV, A. V. Sobre la Teoria de los Sistemas Economicos no Capitalistas. In Cuadernos Políticos nº 5. Júlio Septiembre. 1975.
- COELHO, M. Caracterización de la Pequeña Producción Mercantil Campesina, In Historia y Sociedad. Revista Latinoamericana de Pensamento Marxista nº 8, 1975 - p. 03 - 19.
- DUARTE, J. C. e QUEDA, O. Agricultura e Acumulação. Piracicaba, ESALQ. 1974.
- FERNANDES, F. Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da Sociedade brasileira - 3 ed. São Paulo DIFEL 1979 - 359 p.

- FIBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. Volume 5. Rio de Janeiro. 1977.
- GUIMARÃES. A. P. A crise Agrária. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra - 1979. 362 p.
- GUIMARÃES. A. P. Quatro séculos de Latifúndio, 3^a ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1978. 255 p.
- LIEDKE, E. R. Capitalismo e camponeses. Relação entre Indústria e agricultura na produção do fumo no Rio Grande do Sul. Tese de Mestrado em Sociologia. Brasília. 1977. 130 p.
- LOPES. J. S. L. O Vapor do Diabo. 2^a ed. Rio de Janeiro Editora Paz e Terra - 1978. 220 p.
- MARX, K. Formações Econômicas Pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 136 p.
- MARX, K. O Capital, 4^a ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980. 924 p.
- MEYER, D.R. A terra do Santo e o mundo dos Engenhos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, 186 p.
- NEVES, D. P. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, 212 p.
- QUEDA. O, e DUARTE. J. C. Agricultura e Acumulação. São Paulo Texto apresentado no seminário da Pesquisa sobre Alternativas de Desenvolvimento dos grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira. ESALQ/USP. 1974 p. 90 a 97.

- SIGAUD. L. Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro Editora Paz e Terra. 1980. 114 p.
- SILVA. J. G. Proálcool e Questão Agrária. Salvador cadernos do CEAS nº 77 - 1982. p. 8 - 17.
- SILVA. S. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1979, p. 07 - 24.
- SINGER. P. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1979, p. 01 - 06.
- VILAR, P. La Economía Campesina. In Historia y Sociedad. Revista Latino americana de Pensamento Marxista, nº 15, 1977. p. 05 - 31.
- WANDERLEY, M. N. B. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na Economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, 145 p.